CONCURSO PÚBLICO MUNICÍPIO DE ARACATI-CE

Entrevistador CadÚnico

Data da aplicação: 24/03/2019

CADERNO DE PROVA

Nome:

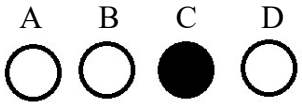
Número do documento de identidade:

Número de Controle:
Sala:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR A PROVA

1. INFORMAÇÕES GERAIS
   - **1.1. Confira atentamente seus dados pessoais transcritos acima.**
   - 1.2. Verifique se o Caderno da Prova Objetiva contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, e se no rodapé de cada página consta a informação do cargo correta. O candidato terá até 30 (trinta) minutos, contados do início da prova para reclamar qualquer defeito na composição e/ou impressão do seu Caderno de Provas.
   - 1.3. A prova terá duração de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento das folhas de resposta.
   - 1.4. Não é permitido fazer perguntas durante a prova. Caso necessite de esclarecimento, levante o braço e aguarde o fiscal.
   - 1.5. Só será permitido levar o Caderno de Provas a partir dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o horário previsto para a conclusão da prova.
   - 1.6. Não é permitido copiar suas respostas por qualquer meio.
   - 1.7. Use caneta esferográfica azul ou preta para preencher as folhas de respostas.

2. CUIDADOS AO MARCAR A FOLHA DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA
   - 2.1. A folha de respostas não poderá ser substituída por erro do candidato.
   - 2.2. Assinale sua resposta de modo que fique bem visível, conforme o exemplo abaixo:



   - 2.3. Ao terminar a prova, verifique cuidadosamente se passou todas as suas respostas para a folha de respostas.
   - 2.4. Fatores que anulam uma questão objetiva:
     - 2.4.1. questão sem alternativa assinalada;
     - 2.4.2. questão com rasura;
     - 2.4.3. questão com mais de uma alternativa assinalada.

OBSERVAÇÕES:

I - O gabarito oficial será divulgado no endereço http://concursos.acep.org.br/Aracati2018/2, a partir do segundo dia útil imediatamente após a realização das provas.

II - Outras informações relativas ao concurso estão disponíveis no endereço http://concursos.acep.org.br/Aracati2018/2.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

VELHA MESA

É uma velha mesa esta sobre a qual bato hoje a minha crônica. Pouco mais de um metro por uns quarenta centímetros de largura. Móvel digno, com duas gavetas laterais, um verniz escuro cobria em outros tempos seu jacarandá. Às vezes me dá vontade de parar de escrever, descansar minha cabeça no seu duro regaço e ficar lembrando a infância longínqua.

É uma velha querida mesa. Foi lixada para parecer mais nova, mas mostra ainda por toda parte as rugas que lhe causaram a minha inquietação juvenil. O canivete entalhou fundo em sua carne fibrosa e ainda é possível distinguir nomes de antigas amadas, quase esvanecidos. Lembro de que aqui à direita ficava o teu nome pequeno e louro, ó minha namorada de oito anos. Na ponta esquerda, lá onde existe um nódulo escuro, havia uma cruz assim:

A
AMOR
O
R

- como a prenunciar um eterno suplício. A palavra Poesia gravada em caracteres largos, não mais se vê, mas o pequeno violão desenhado a gilete, com uma clave de sol ao lado, resistiu ao carpinteiro.

Foi esta a única verdadeira mesa de trabalho que jamais tive. Na gaveta da direita guardava os versos de meu pai, minha primeira e maior influência. Meus cadernos de estudo, empilhava-os à esquerda - ah, cadernos meus de geografia com mapas tão cuidadosamente copiados! e do outro lado alinhava o grande caderno preto da Prefeitura, onde passava a limpo meus primeiros versos.

Nessa mesa passou horas infindáveis de amor e poesia um menino com o meu rosto, labutando no verso uma forma ainda hoje não alcançada. E foi nela também que, uma madrugada, a suar sangue, um poetinha de 18 anos desencantou de uma página em branco o seu primeiro poema original - emoção tão grande como talvez nunca nenhuma.

(...)

Doce rever-te, velha mesa, depois de tanto, tanto tempo. Como a ti, andaram me polindo. Há também em mim nomes e símbolos quase indistinguíveis sob a lixa do tempo. Mas não és tu a mesa da infância e da juventude - aquela sobre que gotejaram, no pungente labor do verso e na angústia do amor sozinho, as primeiras lágrimas de um homem que nada sabia e nada sabe senão amar a mulher?

(Vinicius de Moraes. "Para viver um grande amor". Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962, p.173-175)

01. Assinale a alternativa que apresenta a sequência de palavras que podem ser usadas no mesmo contexto das seguintes palavras do texto: "longínqua" (*ℓ*.3), "esvanecidos" (*ℓ*.6), "pungente" (*ℓ*.24), labor (*ℓ*.24).

A) Próxima, vivos, insensível, labuta.
B) Vindoura, fortalecidos, insensível, sossego.
C) Distante, apagados, doloroso, labuta.
D) Vindoura, apagados, insensível, ócio.

02. Ao longo do texto, observa-se que o autor usa a expressão "velha mesa". Como, em português, a ordem típica é substantivo/adjetivo,observa-se uma inversão dessa ordem no sintagma "velha mesa". Ao usar "velha mesa" e não "mesa velha", o autor pretende:

A) atribuir à expressão um valor estilístico de caráter depreciativo.
B) informar ao leitor que a mesa era muito velha, do tempo em que ele era criança.
C) mostrar que não faz diferença usar "velha mesa" ou "mesa velha".
D) atribuir à expressão um valor semântico ou estilístico de caráter afetivo.

03. No primeiro período do texto, encontra-se a palavra "bato". Considerando-se o contexto do parágrafo, pode-se interpretar que o autor:

A) redigia a crônica, usando uma máquina de escrever.
B) digitava o texto no computador.
C) batia na mesa, buscando inspiração.
D) refere-se ao barulho do teclado do computador.

04. No trecho sublinhado, no período:"Às vezes me dá vontade de parar de escrever, descansar minha cabeça no seu duro regaço e ficar lembrando a infância longínqua." (*ℓ*. 3), encontra-se uma figura de linguagem. Assinale a resposta correta.

A) Sinestesia.
B) Personificação.
C) Metáfora.
D) Catacrese.

05. Indique a alternativa correta, em relação à classificação das orações destacadas no período: "Foi lixada para parecer mais nova, **mas mostra ainda por toda parte as rugas que lhe causaram a minha inquietação juvenil**." (*ℓ.* 4-5)
A) Coordenada assindética conclusiva e subordinada substantiva.
B) Subordinada substantiva e coordenada sindética aditiva.
C) Coordenada sindética adversativa e subordinada adjetiva.
D) Subordinada adjetiva e coordenada assindética.

06. No trecho "Doce rever-**te**, velha mesa, depois de tanto, tanto tempo. Como a **ti**, andaram me polindo." (*ℓ.* 22), **te** e **ti** classificam-se, respectivamente, como:
A) pronome pessoal oblíquo tônico e pronome pessoal oblíquo átono.
B) pronome pessoal oblíquo átono e pronome pessoal oblíquo tônico.
C) Pronome pessoal oblíquo pleonástico e pronome pessoal oblíquo tônico.
D) Pronome pessoal oblíquo enfático e pronome pessoal oblíquo átono.

07. Quanto ao processo de formação de palavras, "esvanecidos" (*ℓ.* 6) é uma palavra:
A) primitiva.
B) formada por derivação.
C) formada por justaposição.
D) formada por composição.

08. Assinale a alternativaem que todas as palavras estão corretamente grafadas.
A) Apreensão, atenção, oscilação, propensão.
B) Disfarsar, roçado, falso, exceção.
C) Cochilo, mexerico, inxado, mixto.
D) Altivez, aviso, análize, juz.

09. Marque a opção que indica uma característica das correspondências e atos oficiais.
A) Informalidade.
B) Uso da linguagem regional.
C) Ambiguidade.
D) Impessoalidade.

10. Assinale a alternativa cujas abreviaturas das formas de tratamento correspondem às apresentadas por extenso no trecho abaixo:
"Excelentíssima Senhora Deputada,
Trago a Vossa Excelência um resumo dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho que analisou a justificativa do projeto de lei."
A) Exma. Sra.; V.Ex.ª.
B) Exema. Snra.; V.Excia.
C) Extma. Sra.; V.Exia.
D) Excma. Snra.; V.Ex.ª

MATEMÁTICA

11. Pedro fez aniversário no dia 8 de janeiro, uma terça-feira. Seu irmão, Tiago, também fará aniversário exatamente no centésimo dia após o de Pedro. O aniversário de Tiago será em uma:
A) segunda-feira.
B) terça-feira.
C) quarta-feira.
D) quinta-feira.

12. Um determinado produto em uma loja passa por descontos sucessivos de 5% e 3%, respectivamente. O novo valor corresponderá a quantos por cento do valor inicial?
A) 84,25 %.
B) 85 %.
C) 92%.
D) 92,15%.

13. André foi a uma loja de eletrodomésticos para comprar uma *Smart* Tv. O modelo procurado custava R$ 1.600,00. Infelizmente, André não dispunha de todo o valor para a compra. Sabe-se que a projeção para a inflação será de 3% ao ano e o rendimento de uma dada aplicação será de 20% ao quadrimestre, no sistema de juros simples. Quanto André precisará aplicar para comprar esse aparelho, ao final de 12 meses, levando em conta apenas a inflação sobre o valor desse aparelho?

A) R$ 1.010,00.
B) R$ 1.030,00.
C) R$ 1.100,00.
D) R$ 1.120,00.

14. Pedro, Paulo e Tiago foram contratados para a manutenção elétrica das lojas de um *shopping*, sendo que os três, respectivamente, foram contratados no 3º, 4º e 5º dias depois da inauguração, o dia 0. Pedro fará inspeções a cada 4 dias, Paulo a cada 5 dias e Tiago a cada 6 dias, contados a partir do dia da inauguração do shopping. Quantas vezes, ao longo dos 120 primeiros dias depois do dia 0, os três estarão juntos trabalhando no *shoppin*g?

A) 1 vez.
B) 2 vezes.
C) 3 vezes.
D) 4 vezes.

15. Uma montadora de automóveis consegue produzir 5.000 unidades de um determinado modelo em 5 dias, trabalhando com 7 máquinas idênticas, que funcionam 8 horas por dia cada, em um mesmo ritmo de produção. Quantos dias serão necessários para que essa montadora consiga produzir 4.000 unidades, trabalhando apenas com 2 máquinas, no mesmo ritmo de produção, mas com todas elas funcionando 14 horas por dia?

A) 6 dias.
B) 7 dias.
C) 8 dias.
D) 9 dias.

16. Uma instituição de caridade decidiu doar aos moradores de seu bairro 129 pacotes de arroz do tipo A, 201 pacotes do tipo B e 147 pacotes do tipo C. Os produtos foram colocados em sacolas, de modo que cada sacola contivesse um único tipo de arroz, que a quantidade de pacotes em cada sacola fosse sempre a mesma e de modo que cada sacola contivesse a maior quantidade possível de pacotes de arroz. Depois de colocar os pacotes nas sacolas, percebeu-se que sobraram 3 pacotes de arroz do tipo A, 5 do tipo B e 7 do tipo C. Quantas sacolas a instituição doou?

A) 33 sacolas.
B) 34 sacolas.
C) 35 sacolas.
D) 36 sacolas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

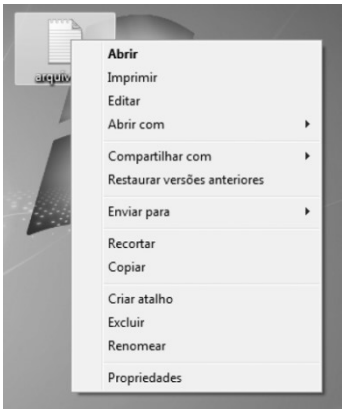
17. Os sistemas operacionais Windows® e Linux® dominam o mercado, atualmente, tanto no público geral, quanto nos ambientes corporativos. Sobre as principais diferenças entre esses sistemas operacionais (considerando as versões mais recentes), é correto afirmar que:

A) os sistemas operacionais Linux são mais caros do que os sistemas operacionais Windows.
B) ambos os sistemas operacionais são baseados em multitarefa, com o conceito de processos.
C) os sistemas operacionais Linux não dispõem de interface gráfica, enquanto o Windows dispõe.
D) é mais fácil encontrar controladores (*drivers*) de dispositivos periféricos para Linux do que para Windows.

18. No aplicativo Microsoft Word ® 2010 (em português do Brasil e em configuração padrão), a combinação de teclas que exclui um texto selecionado, copiando-o para a Área de Transferência é:

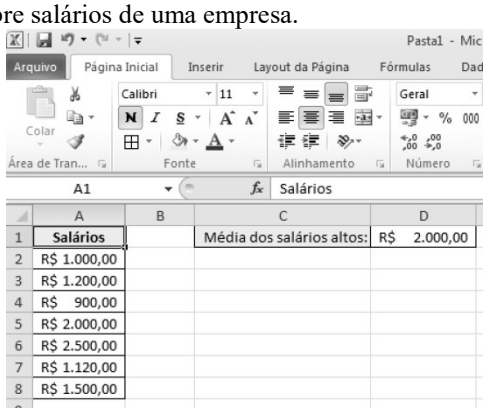
A) Ctrl + C.
B) Ctrl + V.
C) Ctrl + X.
D) Ctrl + S.

19. No sistema operacional Windows® (considerando-se como referência o Windows 7, em português do Brasil, em configuração padrão, com mouse configurado para destros), é possível acessar o menu de interação de um arquivo, conforme ilustrado abaixo:



Para que este menu apareça é necessário:
A) clicar uma vez com o botão esquerdo do mouse sobre o ícone do arquivo.
B) clicar uma vez com o botão direito do mouse sobre o ícone do arquivo.
C) clicar duas vezes com o botão esquerdo do mouse sobre o ícone do arquivo.
D) clicar duas vezes com o botão direito do mouse sobre o ícone do arquivo.

20. Considere a planilha abaixo, no aplicativo Microsoft Excel® 2010 (configuração padrão, em português do Brasil), que realiza um levantamento específico sobre salários de uma empresa.



	A	B	C	D
1	**Salários**		Média dos salários altos:	R$ 2.000,00
2	R$ 1.000,00			
3	R$ 1.200,00			
4	R$ 900,00			
5	R$ 2.000,00			
6	R$ 2.500,00			
7	R$ 1.120,00			
8	R$ 1.500,00			

Neste levantamento, foi solicitado o cálculo da média de todos os salários maiores que R$ 1.200,00, conforme mostrado no exemplo. A fórmula que gerou o valor da célula D1 é:
A) MÉDIA.SE(A:A;">1200")/CONT.SE(A:A;">1200").
B) SOMA(A:A;">1200")/CONTAR(A:A;">1200").
C) SOMASE(A:A;">1200")/CONT.SE(A:A;">1200").
D) SOMA(A:A)/CONTAR(A:A;">1200").

21. No aplicativo Microsoft Excel® 2010 (configuração padrão, em português do Brasil), um recurso que possibilita calcular, resumir e analisar os dados que permitem ao usuário ver comparações, padrões e tendências dos dados é:
A) tabela dinâmica.
B) filtro.
C) segmentação de dados.
D) janela de inspeção.

22. No serviço de correio eletrônico, a ferramenta de e-mail gratuita, classificada como software livre, que pode ser encontrada tanto para sistema operacional Windows quanto para Linux (além de MacOS), é:
A) Eudora.
B) Outlook.
C) Thunderbird.
D) Netscape.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

23. A Constituição Federal do Brasil (1988), no Art. 203, afirma que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. É objetivo da assistência social, conforme previsão da Carta Magna:

A) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
B) a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
C) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
D) A concessão de salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.

24. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Marque a alternativa verdadeira que apresenta os objetivos da assistência social conforme a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011:

A) a assistência social têm por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à qualquer pessoa independentemente da idade que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
B) a assistência social têm por objetivos a proteção socioeconômica, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de dois salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso mesmo que não comprove possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
C) a assistência social têm por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
D) a assistência social têm por objetivos a proteção econômica, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de dois salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

25. Conforme o Art. 3o da de Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de Julho de 2011, são consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela referida lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. Segundo essa mesma normal legal, são entidades e organizações de atendimento:

A) aquelas entidades que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do Art. 18.
B) aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do Art. 18.
C) aquelas entidades que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, Articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do Art. 18.
D) aquelas entidades que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos fora de risco social e pessoal, nos termos da Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do Art. 18.

26. Em relação ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e previsto no Arts. 2o e 3º do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é correto afirmar que:

A) o CadÚnico é constituído pela base de dados do Ministério da Previdência Social e do Ministério do Trabalho.

B) o CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

C) nos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também são obrigatoriamente utilizados o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

D) os dados e as informações coletados serão processados na base nacional do CadÚnico, de forma a garantir: (i) a unicidade das informações cadastrais; (ii) a integração, por meio do cadastro, dos programas e políticas públicas que o utilizam; e (iii) a racionalização do processo de cadastramento pelos diversos órgãos, quando será atribuído a cada indivíduo cadastrado um código de barras, nos termos estabelecidos pelo órgão gestor nacional do CadÚnico.

27. Marque a alternativa correta que apresenta um dos princípios da assistência social conforme Art. 4º da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

A) Prioridade as populações rurais no acesso ao atendimento, devido as maiores dificuldades enfrentadas por esse público.

B) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

C) Impedimento da divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

D) Redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

28. Marque a opção correta em relação aos critérios a serem observados para o cadastramento das famílias pelos Municípios que tenham aderido ao CadÚnico conforme previsto no Art. 6º do Decreto nº 6.135 de 2007.

A) Para realizar o cadastramento das famílias é necessário o preenchimento de modelo de formulário estabelecido pelo Ministério da Previdência Social.

B) Cada pessoa pode ser cadastrada em mais de uma família desde que ela more habitualmente em dois domicílios diferentes em diferentes municípios.

C) As informações declaradas pela família serão registradas no ato de cadastramento, por meio do formulário estabelecido pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, devendo conter informações relativas a identificação e caracterização do domicílio, identificação e documentação civil de cada membro da família e a escolaridade, participação no mercado de trabalho e rendimento.

D) O cadastramento de cada família será vinculado a seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezoito anos, preferencialmente homem.

29. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Marque a alternativa verdadeira que apresenta os objetivos da assistência social conforme a Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de Julho de 2011:

A) a assistência social têm por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à qualquer pessoa, independente da idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

B) a assistência social têm por objetivos a proteção sócio-econômica, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de dois salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso mesmo que não comprovem possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

C) a assistência social têm por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

D) a assistência social têm por objetivos a proteção econômica, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de dois salários-mínimos de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

30. Qual das alternativas está de acordo com as definições utilizadas pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal presentes no Art. 4o do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007?

A) Considera-se renda familiar mensal a soma dos rendimentos líquidos de impostos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados; Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem; Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

B) Considera-se família de baixa renda aquela com renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos ou a que possua renda familiar mensal de até dez salários mínimos, sendo o domicílio o local que serve de moradia à família.

C) Considera-se família a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

D) Considera-se renda familiar per capita o produto entre a renda familiar anual e o total de indivíduos na família.

31. De acordo com o Art. 6º-A da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de Julho de 2011, a assistência social organiza-se pelos tipos de proteção social, básica e especial. Com relação a proteção social básica é correto afirmar que:

A) refere-se a um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa resolver completamente os problemas de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

B) refere-se a um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, mesmo que seja necessário a sobreposição da defesa de direitos.

C) refere-se a um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento das potencialidades e aquisições sem considerar a proteção social de famílias e indivíduos no enfrentamento das situações de violação de direitos.

D) refere-se a um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

32. As informações constantes do CadÚnico terão validade de dois anos, contados a partir da data da última atualização, sendo necessária, após este período, a sua atualização ou revalidação, na forma disciplinada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Com relação aos dados de identificação das famílias do CadÚnico é correto afirmar conforme previsto nos Arts. 7º e 8º do Decreto nº 6.135 de 2007:

A) Os dados de identificação das famílias do CadÚnico são sigilosos e somente poderão ser utilizados para as finalidades de formulação e gestão de políticas públicas e para realização de estudos e pesquisas.

B) É permitido a cessão e a utilização dos dados do CadÚnico por qualquer pessoa física ou jurídica com o objetivo de contatar as famílias para qualquer finalidade.

C) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não poderão utilizar suas respectivas bases de dados nem que a finalidade seja a formulação de políticas públicas dado o sigilo da informação.

D) A Secretaria Especial do Desenvolvimento Social vinculada ao Ministério da Cidadania não poderá ceder a base de dados nacional do CadÚnico para sua utilização, por órgãos do Poder Executivo Federal, em políticas públicas que tenham o CadÚnico como instrumento de seleção de beneficiários.

33. É correto afirmar, sobre a rede de socioassistencial previsto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de Julho de 2011, que:

A) as entidades e organizações de assistência social mesmo as não vinculadas ao Suas celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes apenas com o poder público municipal para a execução, garantido financiamento integral tanto do estado quanto da iniciativa privada de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, sem levar em consideração os limites da capacidade instalada.

B) a vinculação ao Suas é o reconhecimento pelo Ministério das Cidades de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

C) para uma entidade obter o referido reconhecimento pelo Ministério da Fezenda, a mesma deverá cumprir três requisitos: (i) constituir-se como entidades e organizações com fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pelo Decreto nº 6.135/07, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos; (ii) inscrever-se em Conselho Estadual de Assistência Social; e (iii) integrar o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social coordenado e mantido pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, em Articulação apenas com os Municípios e o Distrito Federal.

D) as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.

34. Marque a alternativa correta em relação as competências da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal previstas no art. 5 do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

A) Constituir coordenação composta por representantes das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família, no âmbito do Distrito Federal.
B) Promover ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera estadual e promover ações de sensibilização e articulação com os gestores municipais.
C) Fomentar o uso do CadÚnico por outros órgãos do Governo Federal, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, nas situações em que seu uso for obrigatório.
D) Gerir, em âmbito nacional, o CadÚnico além de expedir normas para a gestão do CadÚnico e coordenar, acompanhar e supervisionar a implantação e a execução do CadÚnico.

35. A proteção social, básica e especial, são ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social. Conforme disposto na Lei nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435/2011, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é:

A) unidade pública de abrangência e gestão municipal, localizada em áreas com menores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
B) unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
C) unidade pública estadual, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
D) unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

36. Em relação as regras ligadas ao pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família, é correto afirmar que:

A) os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 2º da Lei nº 10.836/2004 serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pelo Banco do Brasil com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social (NIS), de uso do Governo Federal.
B) a concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.
C) no caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão, automaticamente, ao Programa Brasil Carinhoso.
D) o pagamento dos benefícios previstos na Lei nº 10.836/2004 será feito, preferencialmente, aos homens de meia idade, na forma do regulamento.

37. Em relação as sanções civil, penal e administrativa previstas ao servidor público ou ao agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família e também aos beneficiários do referido programa previstas no Arts. 14 e 14-A da Lei Federal nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 12.512, de 14 de Outubro de 2011, é correto afirmar:

A) Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário do programa será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família, cujo valor apurado para o ressarcimento será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
B) O servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro não será responsabilizado no caso de contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício.
C) O servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro não será responsabilizado no caso de contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício.
D) O servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro será responsabilizado quando, dolosamente, inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadúnico.

38. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Marque a alternativa correta que trata das competências da União conforme previsto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de Julho de 2011.

A) Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
B) Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional.
C) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
D) Prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

39. Dentre as finalidades e objetivos básicos do Programa Bolsa Família (PBF), em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social vinculada ao Ministério da Cidadania, previstos nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, é correto afirmar que:

A) o Programa Bolsa Família (PBF) tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e do Cadastramento Único do Governo Federal.
B) é objetivo do PBF promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação, habitação, segurança pública e assistência social e combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.
C) estimular a extradição de famílias que vivem somente em situação de extrema pobreza entre municípios, combatendo a pobreza e a insegurança alimentar.
D) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais apenas no poder público estadual.

40. O Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (CGPBF), órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, a qual está vinculada ao Ministério da Cidadania, tem por finalidade formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo referido Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. Marque a alternativa correta sobre o titular de entidade que faz parte do referido conselho conforme previsto no Art. 6º do Decreto nº 5.209 de 2004.

A) Ministério da Infraestrutura.
B) Ministério da Ciência e Tecnologia.
C) Ministério da Educação.
D) Ministério de Minas e Energia.

41. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período. É competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme Art. 18 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993:

A) aprovar a Política Nacional de Assistência Social e normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
B) apreciar relatório anual que conterá a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes, retendo e mantendo o sigilo de todas as informações possíveis, não permitindo o encaminhamento dos mesmos para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.
C) divulgar, no Diário Oficial dos Estados, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.
D) aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, sem considerar indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

42. Em relação às competências e às responsabilidades dos estados, Distrito Federal e municípios na execução do Programa Bolsa Família (PBF) previstas no Decreto nº 5.209/2004, é correto afirmar que:

A) a execução e gestão do Programa Bolsa Família dar-se-á de forma centralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

B) os entes federados poderão aderir ao Programa Bolsa Família, observados os critérios, condições e procedimentos estabelecidos pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, por meio de termo específico, com os seguintes efeitos: (i) fixação de suas competências e responsabilidades na gestão e na execução do Programa Bolsa Família; e (ii) possibilidade de recebimento de recursos Secretaria Especial do Desenvolvimento Social para apoiar a gestão do Programa Bolsa Família.

C) as adesões e os convênios firmados entre os entes federados e a União no âmbito dos programas remanescentes, que se encontrarem em vigor na data de publicação deste Decreto, terão validade até 31 de dezembro de 2015.

D) são condições para a adesão ao Programa Bolsa Família, em prejuízo de outras que venham a ser fixadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social: (i) existência formal e o pleno funcionamento de instância de controle social na respectiva esfera federativa, na forma definida no Art. 49 do Decreto nº 5.209/2004; e (ii) indicação de gestor estadual do Programa Bolsa Família.

43. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Marque a opção correta em relação ao Benefício de Prestação Continuada, conforme Art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993.

A) Para os efeitos do benefício de prestação continuada (BPC), a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, mesmo que não vivam sob o mesmo teto.

B) Devido a enorme carência de recursos, o beneficiário que recebe o benefício de prestação continuada pode acumulá-lo com qualquer outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.

C) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada (BPC), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

D) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 2 (dois) do salários-mínimos.

44. Com relação ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Bolsa Família, previsto na Lei Federal nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, e no Decreto n° 5.209/2004 é correto afirmar que:

A) o IGD funciona como instrumento de promoção e fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família, utilizado para medir a qualidade da gestão descentralizada do referido programa, em conformidade com o disposto no inciso I do § 2º do Art. 8º da Lei Federal no 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, considerando as variáveis: (i) integridade e atualização das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e (ii) retenção das informações sobre o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação pelos beneficiários do Programa Bolsa Família.

B) o valor do índice obtido no IGD pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma da Lei Federal nº 10.836, de 09 de Janeiro de 2004, não poderá ser utilizado como prestação de contas dos recursos transferidos.

C) o valor do IGD obtido pelo ente federado, na periodicidade e sistemática fixadas pelo Ministério da Previdência Social indicará os resultados alcançados na gestão do Programa Bolsa Família em sua esfera; e determinará o montante de recursos a ser regularmente transferido pelo Governo Federal ao ente federado que tenha aderido ao Programa Bolsa Família, para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada, atendidas as referências mínimas fixadas pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social vinculada ao Ministério da Cidadania.

D) o IGD possui duas modalidades, a saber, o Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios (IGD-M), a ser aplicado aos Municípios e ao Distrito Federal; e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), a ser aplicado aos Estados.

45. Conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. Entre os motivos que podem levar a sua cessação ou ao seu cancelamento é correto afirmar que:

A) o pagamento do benefício cessa um ano após superadas as condições que lhe deram origem ou em caso de morte do beneficiário.

B) a cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência impede nova concessão do benefício, mesmo quando atendidos os requisitos definidos em regulamento.

C) o benefício será mantido mesmo quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização, desde que se comprove que existam crianças menores na família.

D) o desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.

46. A execução e gestão do Programa Bolsa Família dar-se-á de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. Marque a opção verdadeira relativa a competência dos Estados no âmbito do Programa Bolsa Família conforme o Art. 13 do Decreto nº 5.209 de 2004

A) Constituir coordenação composta apenas por representantes das áreas de saúde e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família, no âmbito federal.
B) Disponibilizar apoio técnico-institucional aos Municípios e disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e da saúde, na esfera estadual, apoiando e estimulando o cadastramento pelos Municípios, além de proceder à inscrição das famílias pobres dos Municípios no Cadastramento Único do Governo Federal.
C) Promover ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera estadual e promover ações de sensibilização e articulação com os gestores municipais.
D) Estimular os Estados para o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta dos programas sociais complementares e promover, em articulação com a iniciativa privada, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

47. Em relação aos programas de assistência social, definidos na Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, que compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais é correto afirmar:

A) os programas de assistência social serão definidos apenas pelos Conselhos de Assistência Social Estaduais, obedecidos os objetivos e princípios que regem a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sem priorizar a inserção profissional e social.
B) os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente Articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido na Lei nº 8.742/93.
C) o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um programa criado a partir da Lei nº 12.435/2011 que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, Articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.
D) o Programa de Extradição do Trabalho Infantil (PETI) é um programa criado a partir da Lei nº 12.435/2011, de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.

48. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições pactuadas com a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, obedecidas as exigências legais. Marque a alternativa correta relativo aos serviços prestados pela CEF no âmbito do Programa Bolsa Família conforme previsto no Art. 16 do Decreto nº 5.209 de 2004

A) Fornecimento da infra-estrutura necessária à organização e à manutenção do Cadastramento Único do Governo Federal, além da elaboração de relatórios e fornecimento de bases de dados necessários ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e à fiscalização da execução do Programa Bolsa Família por parte dos órgãos do Governo Federal designados para tal fim.
B) Estímulo aos Municípios para o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta dos programas sociais complementares.
C) Proceder à inscrição das famílias pobres no Cadastramento Único do Governo Federal.
D) Designar área responsável pelas ações de gestão e execução do Programa Bolsa Família e pela articulação intersetorial das áreas, entre outras, de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes.

49. Em relação ao financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é correto afirmar:

A) o financiamento da assistência social far-se-á apenas com recursos da União e das demais contribuições sociais previstas na Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
B) os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à medida que se forem realizando as receitas.
C) para transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios não existe a necessidade da comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.
D) é condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata a Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, a criação sem a exigência do pleno funcionamento de Conselhos de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; a criação de um Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e a criação de um Plano de Assistência Social.

50. O controle e participação social do Programa Bolsa Família deverão ser realizados, em âmbito local, por instância de controle social formalmente constituída pelo Município ou pelo Distrito Federal, respeitada a paridade entre governo e sociedade, sem prejuízo de outras competências que lhes sejam atribuídas pela legislação. Marque a opção correta relativa as competências dos Conselhos de controle social do Programa Bolsa Família como previsto no Art. 31 do Decreto nº 5.209 de 2004

A) Constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família, no âmbito estadual.

B) Estimular os Municípios para o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta dos programas sociais complementares, além de promover, em articulação com a União e os Municípios, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

C) Promover ações que viabilizem a gestão intersetorial do programa, na esfera estadual, além de promover promover ações de sensibilização e Articulação com os gestores municipais e disponibilizar apoio técnico-institucional aos Municípios.

D) Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional além de acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

FOLHA DE RASCUNHO